

RUI DE VOLTA AO POVO

Josaphat Marinho

08 AGO 1998

CORREIO BRAZILIENSE

P29

A Escola São Clemente, no Rio de Janeiro, homenageará Rui Barbosa, no carnaval de 1999, pelo sesqui-centenário de seu nascimento. É o que divulgou o *Jornal do Brasil*, esclarecendo que o enredo teve a parceria da Fundação Casa de Rui Barbosa. Os mais exigentes ou tradicionalistas, e até muitos devotos da memória do grande brasileiro, talvez divirjam da iniciativa. Não lhes parecerá próprio vê-lo figurante de diferentes tipos, no desfile alegre do carnaval. Há que compreender a divergência, pois as pessoas guardam diferentemente seu culto. Uma porque o viram ou o ouviram em momentos solenes ou culminantes de sua vida política agitada, outras pela imagem de sobriedade dele colhida, por meio de fotografias, livros ou informações, e poderão censurar o projeto anunciado.

Cabe ver, porém, que várias razões ou circunstâncias tornam oportuna a homenagem projetada. É notório que as escolas de samba, no Rio, pesquisam sobre o tema que pretendem desenvolver, no propósito de retratar a verdade histórica. Quando se trata de uma personalidade, apresentam-na em seus aspectos ou instantes mais expressivos, como tem ocorrido, inclusive recentemente com Luís Carlos Prestes. O caráter alegórico da organização, em seu conjunto, não desfigura o perfil da individualidade lembrada. No caso de Rui, ainda se há de considerar que o enredo em preparo contou, ou conta, segundo o noticiário, com a colaboração da fundação criada para manter a memória e a obra daquele que "estremeceu a pátria, viveu no trabalho e não perdeu o ideal".

Ao lado disso, é justo refletir ou reviver, no espírito do povo, a existência do lutador que cuidou sem-



pre do interesse coletivo e do direito dos fracos e oprimidos. Os que sobre ele têm escrito nem sempre lhe realçam essa face edificante de seus combates. Salientam suas idéias gerais em torno de liberdade e justiça, o vigor de sua oratória, a feição liberal de seu pensamento. É certo que João Mangabeira demonstrou, num livro rico de fatos, ter sido ele "o estadista da República". Também cumpre recordar que Luís Delgado, em obra de reflexão e pesquisa, mostra como ele aliou o sentimento liberal ao espírito de justiça social. Rubem Nogueira descreveu o advogado em incessante defesa de direitos violados. Mas essas revelações da cultura não chegam ao povo, em grande parte destituído de recurso para aquisição das fontes da literatura. Por isso mesmo, corre até na classe média, e entre doutores não suficientemente informados, que Rui teria estancado no liberalismo alheio às mudanças da sociedade. Traçar-lhe a fisionomia em linhas gerais, ainda que incompletas, é serviço à sua memória e à verdade

histórica. Eis o que, decerto, quer fazer a Escola São Clemente, trazendo Rui "para os braços do povo".

Em verdade, vai trazê-lo de volta ao povo, pois sua atividade política e intelectual foi, profundamente, em torno dele e a seu serviço. Abolicionista, não se limitou a defender a libertação dos escravos. Desde então, deu o exemplo do que pregava. Antes da lei de 13 de maio de 1888, alforriou escrava que possuía. Ministro da Fazenda no começo da República, ao receber pedido de expropriários de escravos, que reclamavam indenização em virtude da lei redentora, despachou: "Mais justo seria e melhor se consultaria o sentimento nacional se se pudesse descobrir meio de indenizar os escravos, não onerado o Tesouro". Em 1913 protestou, em carta ao jornal *A Noite*, "contra a prisão e ameaça de expulsão de um pobre operário espanhol".

Membro da Câmara no Império, em prestígio da verdade eleitoral, conforme os fatos, votou pelo reconhecimento do deputado João

Mendes, do Partido Conservador, contra o candidato Galvão Peixoto, do Partido Liberal, a que pertencia. Não submeteu a consciência, por falsa fidelidade partidária, a interesses circunstanciais lesivos da correção das instituições políticas. Ainda no início da República, insurgiu-se contra atos arbitrários de Floriano Peixoto e impetrou habeas corpus em favor de todos os presos, civis e militares, parlamentares e jornalistas, muitos deles seus adversários e até inimigos. O dever do advogado e o respeito às liberdades individuais e políticas o situavam acima de quaisquer divergências.

Na Campanha Civilista, candidata à Presidência da República, insurgiu-se contra os donos do poder e as maquinações políticas. Pela primeira vez, graças a ele, à sua coragem e à visão dos problemas nacionais, o povo, a seu lado, participou efetivamente de uma luta presidencial. De novo candidato em 1919, manteve o pensamento reformista. Não o restringia, porém, ao arcabouço das instituições políticas. Dentro do espírito dos direitos sociais, defendeu largamente o que deveria proteger os trabalhadores, homens e mulheres. Tratou da habitação do operário, do trabalho dos menores e da mãe operária, da duração da jornada, dos acidentes do trabalho, do seguro do trabalhador, da igualdade dos sexos no tocante ao salário, do trabalho agrícola, e de outros aspectos, antecipando-se à legislação.

Assim Rui defendeu as instituições, o direito e o povo, o adversário e o trabalhador. É elogiável que a escola de base popular o traga de volta ao povo.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia